

Brasília, 07 de agosto de 2026.

PROGRESSÃO POR ACELERAÇÃO PARA APOSENTADOS

A conquista da progressão por aceleração para os aposentados representa avanço de grande relevância. Além de reparar direito adquirido por servidores que completaram os requisitos previstos, a medida corrige distorções remuneratórias que persistem após o injustificado tratamento diferenciado entre ativos e aposentados com a nova tabela em 2025, garantindo que o benefício previdenciário reflita a carreira efetivamente construída. Para os aposentados, a progressão não é apenas ganho salarial: é reconhecimento público do tempo dedicado ao serviço e proteção da dignidade financeira na fase final da vida laboral.

Essa decisão está firmemente embasada em duas notas técnicas fundamentais. A nota técnica do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) oferece análise jurídico-administrativa que confirma a compatibilidade da medida com o ordenamento público e orienta sobre as implicações orçamentárias e de pessoal. Complementarmente, a nota técnica do Ministério da Educação (MEC) detalha, de forma operacional, o passo a passo necessário para efetivar a progressão por aceleração.

Dada essa fundamentação técnica e jurídica robusta, torna-se urgente agilizar os procedimentos internos para implantação da progressão e o pagamento dos valores retroativos. Recomenda-se que as unidades responsáveis adotem imediatamente as medidas necessárias. Aproveitando a oportunidade, também orientamos que as entidades cobrem de suas Pró-reitorias a correção de Incentivo à Qualificação (IQ) de indireto para direto segundo a lei 15.141/25.

Acelerando esses procedimentos, reduzimos o risco de litígios e frustrações, asseguramos conformidade administrativa e proporcionamos alívio financeiro imediato aos aposentados que aguardam reparação. Além disso, a pronta execução demonstra compromisso institucional com a legalidade e com o respeito aos direitos dos servidores, fortalecendo a confiança nas gestões públicas responsáveis pela implementação.

Solicita-se, portanto, que as instâncias decisórias autorizem e apoiem as medidas de execução e alocação dos recursos necessários, de modo a viabilizar, com celeridade e segurança jurídica, tanto a implantação quanto o pagamento integral do retroativo aos aposentados beneficiados.

Abaixo segue o link com o importante posicionamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior ANDIFES em relação a Aceleração da Progressão por Capacitação - Aplicabilidade aos Servidores Aposentados e Instituidores de Pensão por Paridade (PCCTAE).

[NOTA TÉCNICA - aceleração dos aposentados- regra ativos.pdf](#)

XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) (COPENE)

A Direção Nacional da Fasubra participou da mesa sobre o papel dos sindicatos no combate ao racismo durante o Copene. Integrantes da Direção Nacional da Fasubra Sindical participaram, na manhã da quarta-feira (29) de julho, do XIV Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (Copene), integrando a mesa de debate "O papel dos sindicatos no combate ao racismo: consciência de classe e resistência negra". A atividade foi mediada por Letícia Carolina Nascimento, 2ª vice-presidenta do Andes-Sn, e reuniu importantes lideranças do movimento sindical brasileiro, entre elas a coordenadora-geral da Fasubra Sindical, Ivanilda Reis, o presidente do Andes-Sn, professor Cláudio Mendonça, e a representante da Direção Nacional do Sinasefe, professora Andrea Moraes.

Durante sua intervenção, Ivanilda Reis compartilhou sua trajetória de 40 anos de militância sindical, destacando que passou a compreender de forma mais profunda o papel de uma mulher negra no movimento sindical a partir do momento em que começou a receber e acompanhar as demandas relacionadas à promoção da igualdade racial dentro da entidade. A coordenadora-geral ressaltou que as universidades precisam garantir cada vez mais espaços para a população negra, fortalecendo políticas de inclusão e permanência. Também enfatizou que um dos grandes desafios da Fasubra é consolidar a pauta racial como um tema estratégico e permanente da luta sindical.

"O tema do racismo precisa ser tratado cotidianamente em nossas pautas. Não pode ser uma discussão restrita a datas específicas, mas deve fazer parte da construção permanente do nosso projeto sindical", destacou. Ivanilda também resgatou a atuação histórica de homens e mulheres que trouxeram para a Fasubra a proposta de um projeto: "um olhar negro na educação" que tem como objetivo não só a valorização dos negros e negras na Educação, mas a garantia das condições necessárias para sua atuação em todos os

espaços, destacou ainda o êxito do Encontro Nacional de Raça e Etnia da FASUBRA, realizado no ano passado, ressaltando que a atividade fortaleceu o debate sobre o enfrentamento ao racismo e contribuiu para ampliar a participação da categoria na construção de políticas voltadas à igualdade racial.

A participação da Fasubra Sindical no XIV Copene reafirma o compromisso da entidade com a luta antirracista e com a construção de um sindicalismo cada vez mais democrático, inclusivo e comprometido com a justiça social, compreendendo que o combate ao racismo é parte fundamental da luta da classe trabalhadora.

GT DEMOCRATIZAÇÃO DEFINE A METODOLOGIA E O CRONOGRAMA DE TRABALHO

Na última sexta-feira (31/7), foi realizada a primeira reunião oficial do Grupo de Trabalho (GT) Democratização, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), com a participação de representantes do MEC, Setec, Conif, Andifes, Fasubra, Sesu, SGA, Andes-Sn, Sinasefe, UNE, Proifes, Secretaria Executiva e gabinete do Ministro.

A reunião teve como objetivo definir a metodologia de funcionamento do GT e aprovar o cronograma das próximas reuniões. Ficou deliberado que os trabalhos terão início com a realização de duas reuniões destinadas à construção de um diagnóstico inicial sobre a democratização da gestão nas instituições de ensino. Essas reuniões ocorrerão nos dias 13 e 27 de agosto de 2026.

Na reunião do dia 13 de agosto, representantes da Setec, da Sesu, do Conif e da Andifes apresentarão suas avaliações e propostas acerca da democratização das instituições de ensino. Já no dia 27 de agosto, será a vez das entidades representativas dos trabalhadores e estudantes — Fasubra, Andes-Sn, Sinasefe, Proifes, UNE, Ubes e ANPG — apresentarem suas contribuições.

Conforme definido pelo GT, as reuniões dos dias 13 e 27 de agosto serão destinadas, exclusivamente, às apresentações, sem a realização de debates sobre os conteúdos expostos.

As discussões sobre as propostas apresentadas ocorrerão em três reuniões presenciais, previstas para os dias 10 de setembro, 24 de setembro e 8 de outubro de 2026, quando os participantes poderão aprofundar o debate e buscar a construção de consensos em torno dos principais temas.

Após essa etapa, o MEC ficará responsável por elaborar um relatório preliminar, com

previsão de envio até o dia 14 de outubro de 2026, sistematizando os diagnósticos e as contribuições apresentadas ao longo dos trabalhos.

A última reunião do GT está agendada para o dia 20 de outubro de 2026, quando será apreciada a versão final do relatório, com vistas ao seu encaminhamento para publicação. É importante que as entidades filiadas fiquem atentas com as orientações que a FASUBRA enviará a respeito do diálogo sobre os temas propostos no GT com as administrações superiores de cada Instituição. Essa movimentação será fundamental para que tenhamos um resultado positivo acerca dos temas deste GT.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI DO DESCONGELA

A Coordenação das Estaduais da Fasubra Sindical, representada pelo coordenador João Daniel de Moura, participou no dia 4 de agosto, de uma audiência pública realizada no Plenário 8 da Câmara dos Deputados para debater a implementação da chamada Lei do Descongela.

A legislação garante a devolução do tempo de serviço congelado durante a vigência da Emenda Constitucional nº 173, editada no governo Bolsonaro, que suspendeu a contagem desse período para diversos direitos funcionais dos servidores públicos.

Com a aprovação da Lei nº 226, os servidores passam a ter assegurado o direito ao reconhecimento desse tempo e ao recebimento dos valores retroativos correspondentes.

A audiência pública reuniu parlamentares, representantes de entidades sindicais e servidores públicos com o objetivo de mapear como está ocorrendo a implementação da legislação em todo o país, identificando os avanços e os desafios enfrentados pelos entes federativos.

O debate é de grande importância para os trabalhadores das universidades estaduais e municipais, que também são beneficiados pela nova legislação e aguardam a efetivação do direito ao descongelamento do tempo de serviço e ao pagamento dos retroativos.

Para a FASUBRA Sindical, acompanhar a aplicação da lei é fundamental para garantir que os direitos dos servidores sejam plenamente respeitados, fortalecendo a luta pela valorização do serviço público e pela reparação das perdas impostas pelo congelamento do período durante a pandemia.

FASUBRA, ANDES-SN E SINASEFE ALINHAM MOBILIZAÇÕES CONJUNTAS EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DA EDUCAÇÃO

A Fasubra Sindical participou, na tarde desta terça-feira (4), de uma reunião com representantes do Andes-SN e do Sinasefe para definir ações conjuntas voltadas à defesa do serviço público, da educação pública e dos direitos dos servidores federais.

Entre os principais pontos da reunião esteve a organização das atividades que serão promovidas pelo Fonasefe entre os dias 10 e 13 de agosto, nas manhãs e tardes, em frente ao Anexo II da Câmara dos/as Deputados/as. As três entidades atuarão conjuntamente em debates e mobilizações que terão como eixo central a negociação coletiva no serviço público, prevista na Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os últimos detalhes da programação serão discutidos durante reunião remota do Fonasefe, quando as entidades devem concluir o planejamento das atividades. Outro tema em destaque foi a construção de uma campanha unificada em defesa da educação pública nas Instituições Públicas de Ensino Superior. A iniciativa busca fortalecer o debate junto à sociedade sobre o papel das universidades e institutos federais e contribuir para a disputa política em torno da valorização da educação pública durante o processo eleitoral deste ano. A expectativa é que a campanha seja lançada no início de setembro. A reunião também discutiu a participação das três entidades em um encontro na Embaixada de Cuba, com a presença do embaixador Víctor Manuel Cairo Palomo.

Ao final do encontro, ficou definida a realização de uma nova reunião conjunta entre Fasubra, Andes-Sn e Sinasefe no dia 13 de agosto, às 15h. Na ocasião, as entidades farão um balanço das atividades promovidas pelo Fonasefe e definirão os próximos passos da agenda de mobilização em defesa dos servidores públicos e da educação pública.

11º SEMINÁRIO NACIONAL E 2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

A Fasubra Sindical participa em conjunto com outras entidades da organização e construção do 11º Seminário Nacional e 2º Seminário Internacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), que ocorrerá em Maceió - AL na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre os dias 10 a 15 de agosto de 2026.

Esta edição, traz como tema “A privatização da saúde e as ameaças ao sistema público e estatal: resistências à mercantilização da vida na América-Latina e Caribe”. O Seminário

reunirá pesquisadores(as), trabalhadores(as), estudantes, movimentos sociais, entidades sindicais e organizações da sociedade civil em torno do debate sobre os desafios impostos à saúde pública na América Latina e no Caribe, bem como das estratégias de resistência e fortalecimento dos sistemas públicos, universais e estatais de saúde.

A FASUBRA participará da mesa debate sobre o tema "Quarenta anos da 8ª CNS e os projetos em disputa na Saúde: Democracia, Controle Social e Reforma Sanitária", que ocorrerá na tarde do dia 12 de agosto de 2026, no período de 13h30min às 16h.

O evento constitui um espaço de debates, formação política e fortalecimento das lutas em defesa da saúde pública, reafirmando a necessidade de resgatar o projeto original da Reforma Sanitária Brasileira e de lutar por um SUS público, 100% estatal, universal e de qualidade. Tem como objetivos: promover a internacionalização e a articulação entre pesquisadoras/es, movimentos sociais e Programas de Pós-Graduação das Universidades envolvidas; articular e fortalecer projetos universitários de extensão, Fóruns estaduais e municipais de saúde e experiências de educação popular emancipatórias para fortalecer resistências e apontar alternativas ao projeto de privatização da saúde em curso e à mercantilização da vida, com vistas à construção de uma nova hegemonia; e fortalecer o intercâmbio de experiências, a construção coletiva de propostas e a articulação entre organizações comprometidas com a defesa do direito à saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Será um encontro de debates com visões de docentes, pesquisadoras(es) e militantes de diversas regiões do Brasil, de outros países latino-americanos que são referências nos temas tratados, mas também são quadros políticos e ativistas que participam ativamente nas lutas sociais de seus países.

FASUBRA PARTICIPA DE REUNIÃO COM EMBAIXADOR DE CUBA FORTELECENDO CONSTRUÇÃO DE CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A FASUBRA Sindical participou, no final da tarde de quinta-feira, 06 de agosto, de uma reunião com o Embaixador de Cuba no Brasil, Víctor Manuel Cairo Palomo, realizada na Embaixada de Cuba, em Brasília. O encontro ocorreu a convite do Sinasefe e teve como objetivo discutir ações de solidariedade em apoio ao povo cubano diante do agravamento da crise humanitária provocada pelo bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos. A Federação foi representada na atividade por Mário Guimarães Júnior, coordenador de

Saúde e Hospitais Universitários da Direção Nacional da Fasubra.

Há 62 anos, Cuba sofre os efeitos do bloqueio econômico, comercial e financeiro estadunidense. Em 2026, essa política ganhou um novo e dramático capítulo com a decisão do governo Donald Trump de impedir que a ilha importe petróleo, aprofundando ainda mais as dificuldades enfrentadas pela população.

Atualmente, milhões de cubanos convivem diariamente com apagões que chegam a durar entre 18 e 22 horas, comprometendo o funcionamento de hospitais, escolas, sistemas de abastecimento e demais serviços essenciais. A escassez de combustível também impede a coleta regular de resíduos sólidos, agravando as condições sanitárias em diversas cidades do país.

Ao longo dos últimos oito meses, Cuba recebeu importantes demonstrações de solidariedade de movimentos sociais e de diversos países, entre eles México, Rússia, China, Angola, Argélia e Brasil. No entanto, essa ajuda internacional ainda não foi suficiente para romper as barreiras impostas pelo imperialismo estadunidense. As articulações realizadas até o momento não conseguiram regularizar o envio de petróleo refinado para a ilha. A Petrobras, por exemplo, ainda não enviou nenhuma remessa de petróleo para Cuba. Da mesma forma, o governo Lula não adotou, até o momento, medidas voltadas à superação dos mecanismos institucionais do Estado brasileiro que limitam uma política de solidariedade mais robusta, tampouco se somou às articulações internacionais que buscam pressionar os organismos multilaterais a enfrentarem as imposições do criminoso bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos. O cenário exige o fortalecimento da solidariedade internacional e da pressão política pelo fim dessa política de asfixia econômica, amplamente condenada pela comunidade internacional.

Durante a reunião, o Embaixador Víctor Manuel Cairo Palomo apresentou um panorama da situação enfrentada por Cuba e destacou possibilidades concretas de cooperação internacional. Entre elas, iniciativas voltadas ao envio de alimentos e medicamentos, além da ampliação da mobilização política em defesa do direito de Cuba de importar o petróleo necessário para assegurar o funcionamento dos serviços essenciais e garantir condições dignas de vida à população.

Como encaminhamento, Fasubra e Sinasefe realizarão uma reunião com o Andes-Sn para construir uma campanha unificada de solidariedade a Cuba. A iniciativa buscará envolver as entidades de base, ampliar a mobilização da comunidade universitária e fortalecer a

denúncia internacional contra o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos.

Para a Fasubra, a solidariedade internacional constitui um princípio histórico do movimento sindical classista. Neste momento, apoiar o povo cubano significa defender o direito dos povos à soberania, à autodeterminação e a condições dignas de vida. Ao lado da permanente solidariedade ao povo palestino, a defesa de Cuba representa uma das mais importantes tarefas internacionalistas colocadas ao movimento sindical brasileiro na atual conjuntura.

A Direção Nacional da Fasubra divulgará, em breve, os detalhes da campanha nacional de solidariedade que será construída conjuntamente com o Sinasefe e o Andes-Sn, convocando as entidades filiadas a participarem ativamente dessa mobilização.

MANIFESTAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E AÇÃO EM FAVOR DO DIRIGENTE JOSÉ MARIA ALMEIDA

A Fasubra manifesta sua profunda preocupação e total repúdio à condenação de José Maria de Almeida, dirigente histórico do movimento sindical e popular brasileiro. A condenação de Zé Maria, motivada por seu posicionamento público em defesa do povo palestino e pela denúncia do genocídio na Faixa de Gaza, ultrapassa os limites de uma questão individual. Trata-se de um grave ataque ao direito de livre expressão, à manifestação política e à solidariedade internacional — princípios fundamentais que constituem o patrimônio de toda a classe trabalhadora e que são princípios históricos de nossa entidade.

Criminalizar a denúncia contra crimes cometidos pelo Estado de Israel abre um perigoso precedente contra as liberdades democráticas e contra o direito de organização sindical e popular de se posicionar diante de injustiças globais. Diante do exposto, convocamos nossas entidades de base a se somar a campanha nacional e internacional para exigir a imediata revisão desta decisão e a absolvição de José Maria de Almeida, reafirmando que a solidariedade entre os povos e a defesa dos direitos humanos jamais devem ser tratadas como crime.

No link que segue, apresenta-se um modelo de moção de caráter orientativo e que pode ser adaptado a uma nova redação de acordo com cada entidade, sua identidade, linguagem e tradição de luta. A pluralidade de moções protocoladas afirmará a evidência de que a salvaguarda das liberdades democráticas, a cooperação internacional e a prerrogativa de

contestação a crimes de Estado cometidos por Israel constituem uma pauta convergente entre as categorias técnico-administrativa, docente, discente, além dos movimentos popular, cultural e de direitos humanos.

<https://cspconlutas.org.br/n/20543/urgente-envio-de-mocoos-pela-absolvicao-de-ze-maria-e-defesa-das-liberdades-democraticas>

XXXII SEMINÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA DAS IPES E EBTTS

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical) tem a satisfação de informar sobre a realização do XXXII SEMINÁRIO NACIONAL DA SEGURANÇA DAS IPES E EBTTS de 31 de novembro a 04 de dezembro de 2026, em Teresina – Piauí

O evento reunirá técnico-administrativos das Instituições de Ensino Superior que analisarão a realidade da segurança nas IPES e nos EBTTS, visando a construção de diretrizes para aprimorar a segurança nas Instituições. Nesse sentido, no decorrer do evento serão discutidos temas da maior relevância por meio de mesas de debates, palestras e grupos de trabalho. Ao final, serão tomadas deliberações nacionais fundamentais sobre os temas discutidos.

O seminário contribui com a organização e a capacitação dos trabalhadores, em consonância com o calendário de atividades da FASUBRA Sindical, diante dos desafios impostos à categoria de técnicos e à carreira, em particular ao setor que estará representado no Seminário, e ainda diante da situação política nacional e internacional.

Maiores informações, nos próximos informes de direção.

PARTICIPAÇÃO DA FASUBRA NO COMITÊ CONSULTIVO SUB-REGIONAL DA INTERNACIONAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ISP (SUBRAC)

A Fasubra Sindical marca presença no Comitê Consultivo Sub-regional da Internacional de Serviços Públicos - ISP (Subrac) Brasil 2026, reafirmando o protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores técnico-administrativos em educação nas principais discussões do serviço público nacional.

A representação da Fasubra Sindical, na figura das Coordenadoras Gerais Cristina Del Papa e Ivanilda Reis, esteve ativamente nas formulações estratégicas e debates políticos

do Comitê Consultivo Sub-regional da Internacional de Serviços Públicos (ISP) Brasil. O evento aconteceu entre os dias 4 e 7 de agosto de 2026, em Fortaleza (CE). Sob o lema inspirador “Os Serviços Públicos Contra-Atacam”, nossa federação soma forças com diversas entidades parceiras para combater o desmonte do Estado, defender a democracia e lutar pela valorização real das servidoras e dos servidores públicos. O foco foi articular ações conjuntas para a construção do Plano de Trabalho 2027, garantindo que as especificidades e as lutas da nossa categoria estejam refletidas nas prioridades da ISP para o próximo período.

A Fasubra Sindical segue mobilizada neste grande espaço de unidade, debatendo lado a lado com entidades como Confetam, Fetrace, SEESP, SEMG,CUT, Condeseff, CSPB para fortalecer a classe trabalhadora global.

PORTARIA DOS GTS SAÚDE DO TRABALHADOR E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Abaixo seguem os links das portarias de nº 706 e nº707, que dizem respeito a instituição dos Grupos de Trabalho - GT Saúde do Trabalhador - e - GT Formação Complementar de Pós-graduação. Ambos os GTs fazem parte da pauta reivindicada durante as greves de 2024 e 2026. A mobilização da categoria durante o movimento paredista de 2026 garantiu que essas pautas entrassem na ordem do dia como prioridades nas discussões com o MEC.

Link das Portarias:

- Portaria Nº 706 de agosto de 2026.
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-706-de-6-de-agosto-de-2026-724038909>
- Portaria Nº 707 de agosto de 2026.
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-707-de-6-de-agosto-de-2026-724093925>

PORTARIA DO MEC

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/08/2026 | Edição: 147 | Seção: 1 | Página: 86
Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro

PORTARIA MEC Nº 658, DE 4 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta o art. 4º, inciso VII, e o art. 21 do Decreto nº 13.048, de 3 de julho de 2026, que estabelece os critérios e os procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos servidores ocupantes dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 13.048, de 3 de julho de 2026, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o art. 4º, inciso VII, e o art. 21 do Decreto nº 13.048, de 3 de julho de 2026, que estabelece os critérios e os procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos servidores ocupantes dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - RSC-PCCTAE.

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 4º, inciso VII, do Decreto nº 13.048, de 3 de julho de 2026, consideram-se outros documentos institucionais aqueles emitidos por instituição federal de ensino ou por órgão ou entidade da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal, destinados à comprovação de fatos ou situações relacionados à atuação do servidor.

Parágrafo único. Os documentos de que trata o caput deverão ser firmados por autoridade competente, podendo ser elaborados fisicamente ou gerados por sistema institucional que assegure autoria, autenticidade, integridade e rastreabilidade.

Art. 3º Os aspectos operacionais e normativos, bem como as orientações necessárias à uniformização dos procedimentos administrativos para a concessão do RSC-PCCTAE, nos termos do art. 21 do Decreto nº 13.048, de 3 de julho de 2026, serão disciplinados por ato da Subsecretaria de Gestão Administrativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, na condição de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec.

§ 1º A edição do ato referido no caput será precedida de manifestação da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, ambas do Ministério da Educação.

§ 2º O ato referido no caput poderá dispor sobre o tema por meio de manuais, guias, modelos ou instrumentos equivalentes, contidos em anexos, os quais serão disponibilizados no endereço eletrônico do Ministério da Educação.

§ 3º Os atos editados com fundamento neste artigo terão natureza exclusivamente técnica e operacional, vedada a criação de requisitos, critérios, condicionantes ou hipóteses de concessão não previstos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 13.048, de 3 de julho de 2026.

Art. 4º Os casos omissos e as dúvidas relativas à interpretação ou à aplicação desta Portaria, da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e do Decreto nº 13.048, de 3 de julho de 2026, poderão ser submetidos à Subsecretaria de Gestão Administrativa, no âmbito de suas competências.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO OSVALDO BARCHINI ROSA

ANÁLISE DA PORTARIA MEC Nº 658/2026 (RSC) E ENCAMINHAMENTOS URGENTES PROPOSTOS PELA CNSC/FASUBRA

A Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC/Fasubra) reuniu-se no dia 6 de agosto, para analisar o texto final da Portaria MEC Nº 658, de 4 de agosto de 2026, que regulamenta os critérios e procedimentos do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), previstos no Decreto nº 13.048/2026.

Análise da CNSC: Avanços e Omissões Preocupantes

Em avaliação unânime, a CNSC considera que o conteúdo publicado na Portaria avança em relação à proposta original aprovada na CNS/MEC, regulamentando a documentação exigida de forma mais inclusiva e assertiva.

Contudo, identificou-se com preocupação a omissão de pontos cruciais que constavam na minuta finalizada na CNS/MEC e que já vêm gerando incertezas no âmbito das CRSC-PCCTAE. Dentre os itens subtraídos do texto final, destacam-se:

- A contagem de atividades em todo o histórico da carreira (e não restrita ao cargo atual);
- A validação de certificações e diplomas de educação formal obtidos anteriormente ao ingresso na carreira;
- A garantia da participação de servidores aposentados nas CRSC-PCCTAE.

Encaminhamentos Deliberados e Ações Prioritárias

Diante do cenário, a CNSC/Fasubra submete à Direção Nacional (DN) os seguintes encaminhamentos com caráter de máxima urgência:

1. Relatório da CNS/MEC: A representação da FASUBRA na CNS/MED realizou cobrança imediata do relatório final assinado junto à representação no MEC.
2. Divulgação da Minuta às Bases: Envio do Relatório e da Minuta de Portaria para conhecimento dos sindicatos filiados via e-mail institucional, redes sociais e Informe de Direção.
3. Gestão Institucional junto ao MEC: Envio de ofício ao Ministério da Educação cobrando que os pontos subtraídos sejam regulamentados em portaria complementar ou incorporados aos materiais orientadores da SGA/SE/MEC.
4. Orientações às Comissões Locais: **Recomenda-se expressamente que as comissões locais não encaminhem consultas diretas aos órgãos de Gestão de Pessoas, SGA/SE/MEC ou SIPEC/MGI. Quaisquer dúvidas devem ser centralizadas e remetidas**

diretamente à CNSC via Fasubra.

5. Mapeamento de Indicações: Levantamento junto às entidades de base do quantitativo de indicações de membros já realizadas.

6. Agenda de Atividades e Formação:

- Reunião Fechada: Encontro de alinhamento com os indicados pelos Sindicatos e CIS (Previsto para a próxima semana);

- Live Geral da Categoria: Transmissão ao vivo para esclarecimentos a todas as trabalhadoras e trabalhadores (Prevista para a semana seguinte a reunião acima);

- Cartilha Orientativa e Levantamento de Dados: Elaboração de cartilha informativa sobre os critérios e coleta de dados sobre as solicitações de RSC (Programadas para o mês de agosto).

A CNSC/FASUBRA informa, ainda, que nova reunião de trabalho foi agendada para o dia 8 de agosto, das 9h às 12h, a fim de estruturar a live da categoria e dar andamento aos desdobramentos operacionais.

Segue o link do relatório técnico da CNS N° 02/2026 e proposta de Minuta de Portaria enviada a Conjur do MEC.

<https://drive.google.com/file/d/10u2FXad6Ko5epM0Ov9l36k6BIbzYloJW/view?usp=sharing>

g

CALENDÁRIO	
AGOSTO	
10 a 15	11º Seminário Nacional e 2º Seminário Internacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde
11	Audiência Pública Negociação Coletiva – Porque não temos negociação coletiva para os servidores públicos do Brasil?
13	Reunião Virtual - GT Democratização
1ª quinzena	Instalação GT Pós-graduação; Instalação GT Saúde do Trabalhador
18	Reunião Virtual da Direção Nacional da FASUBRA
27	Reunião Virtual - GT Democratização

2ª quinzena	Fórum de Discussão das 30 horas; GTs no âmbito da CNSC: 1. GT Desenvolvimento; 2. GT Revisão das Atribuições e Racionalização dos Cargos; 3. GT Reposicionamento e Prazo para Novas Adesões ao PCCTAE; 4. GT Carga Horária das Profissões Regulamentadas e Concurso para Intérpretes de Libras
SETEMBRO	
10	Reunião GT Democratização
15, 16 e 17	XXIII Encontro de Aposentadas, Aposentandos e Pensionistas
24	Reunião GT Democratização
OUTUBRO	
08	Reunião GT Democratização
20	Relatório final GT Democratização
NOVEMBRO	
31/11 a 04/12	XXXII SEMINÁRIO NACIONAL DA SEGURANÇA DAS IPES E EBTTS